



DESMATAMENTO EM ÁREAS DE CONFLITOS AGRÁRIOS: ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS CAMPONESES E AS RELAÇÕES COM AS POLÍTICAS DE ESTADO

Carla Silveira Moraes¹
Celia Regina Congílio²

Agência financiadora: CNPq

1. INTRODUÇÃO

A presente análise resulta de pesquisas como bolsista de Iniciação Científica orientada pela Profa. Dra. Celia Regina Congílio, a partir do subprojeto “Análise sociopolítica sobre recuperação de áreas degradadas em assentamentos rurais na região de Marabá frente às práticas locais e às práticas de reflorestamento para a Amazônia”, realizado em parceria com a Profa. Dra. Edma Silva Moreira. O subprojeto é parte do projeto interdisciplinar e interinstitucional “Desenvolvimento de Competências e Formação de Recursos Humanos em Recuperação de Áreas Degradadas em Projetos de Assentamentos em Áreas Amazônicas”, coordenado pelo Dr^o Carlos Renato Lisboa Francês. O projeto original, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES) e com bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), iniciou em 2013 e ao longo desse período, vimos nos esforçando para compreender a relação sociedade e natureza no contexto dos assentamentos rurais do sul e sudeste paraense, a dinâmica de sobrevivência camponesa em áreas degradadas num contexto de constantes violências e as relações de poder e saber que acontecem nesse cenário. Refletimos, ainda, sobre as políticas do Estado, as estratégias de sobrevivência e reprodução do modo de vida camponês e as relações dos sujeitos envolvidos no contexto dos problemas ambientais.

A partir do último plano de trabalho “Desmatamento em Áreas de Conflitos Agrários: Estratégias de Sobrevivência dos Camponeses e as Relações com as Políticas de Estado”, nosso objetivo principal nesse resumo será discutir alguns dos entraves que se colocam para projetos de reflorestamento diante das políticas de Estado e o enfrentamento de questões que tornam reais e necessárias as lutas dos trabalhadores rurais diante do recebimento de terras em áreas degradadas, dos conflitos agrários, das dificuldades para produzir, permanecer na terra e sobreviver.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Consideramos o contexto histórico, político e social ao qual está inserida essa questão, com ênfase nos conflitos agrários, relacionada com outras problemáticas: a expansão do capital na região; as condições de sobrevivência, produção e reprodução do modo de vida camponês; o Estado e as políticas praticadas para os assentamentos. Para fins de análise do estudo proposto temos utilizado diversos métodos de pesquisa, entre eles entrevistas semiestruturadas e diálogos abertos em reuniões que ocorreram entre os movimentos sociais e entidades que gerenciam programas de reflorestamento pelo Estado, ou em reuniões dos próprios movimentos sociais do campo. Realizamos, também, entrevistas semiestruturadas individuais tanto com camponeses e lideranças, quanto com representantes do Estado, em especial, servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Além disso, temos também realizado reflexões bibliográficas utilizando autores como Martins (1985), Hébette (2004), Picolli (2006) e Pereira (2013).

¹Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais Araguaia - Tocantins, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA/ Campus de Marabá, Bolsista PIBIC-CNPq/UNIFESSPA (2015) e Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mudança Social no Sudeste Paraense (GPEMSSP). E-mail: carla@unifesspa.edu.br.

² Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Docente da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins e do Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedades na Amazônia (PDTSA) - UNIFESSPA e líder do GEPEMSSP. E-mail: conborg@uol.com.

A respeito do Estado, estudamos autores como Décio Saes (1987), Marx e Engels (1980), Poulantzas (1972), entre outros. Sobre a questão ambiental amazônica nos referenciamos especialmente em Castro (2005). Efetuamos ainda análise documental de programas e políticas de combate ao desmatamento (Programa Assentamentos Verdes – PAV; Manual de Recuperação Ambiental entre outros).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O desmatamento na Amazônia é um problema de caráter socioambiental, econômico e político, que vem se agravando desde a década de 1970, quando o governo ditatorial lançava campanhas de colonização para a Amazônia (“integrar para não entregar”, “homens sem terra para terra sem homens”), investia em grandes obras de infraestrutura e incentivos para as produções minero-agrícolas. O desmatamento se constitui assim decorrente de outras dinâmicas proporcionadas pelo capital na região amazônica que, além de causar problemas ambientais, impacta de forma nefasta comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e camponesas, gerando intensos conflitos, quando não o genocídio das populações tradicionais dessa região e também das populações migrantes que vieram para cá acreditando nas campanhas do governo que prometiam melhores condições de vida e trabalho para contingentes populacionais já precarizados em outras regiões e se constituíram, em grande parte, como força de trabalho barata disponível ao capital.

O desenvolvimento da Amazônia vem assim para reforçar os traços de desigualdade já existentes nessa região desde o período dos castanhais, conforme destaca Emmi, 1995. Hébette (2004, p. 333) comenta: “[...] o que se verifica, na verdade, na Amazônia, é que latifúndios, em número cada vez maior, se concentram nas mãos dos que têm de sobra terra inexplorada; [...] O que se fixa, sim, na Amazônia, é a especulação, a grilagem e a violência.”, além do desmatamento. O contexto histórico e socioambiental do lugar a que nos referimos, e da Amazônia de forma mais ampla, foi bastante relatado por autores como Hébette (2004) que nos apresenta, em quatro substanciais volumes, o contexto de ocupação e desenvolvimento capitalista na região; Pereira (2013), nos remete aos conflitos agrários e um pouco mais da ocupação da região. Velho (1972), Castro (2005), Picolli (2006) e Nascimento (2006) contribuem para melhor compreensão do tema e suas abrangências (Congilio e Moraes, Lutas Sociais, 37). Neste mesmo artigo, Congilio e Moraes destacam a estreita relação entre as políticas de Estado para o desenvolvimento do capitalismo na região, provocando o desmatamento intenso nas áreas rurais e estabelecendo ações de privilégio à expansão e concentração do capital, em detrimento das populações mais vulneráveis.

Apesar desse contexto, amplamente debatido na região, a mídia e o próprio Estado responsabilizam os assentamentos rurais pelo desmatamento, porém, segundo Violeta Loureiro (2005), ele não pode ser associado aos camponeses, mas sim ao latifúndio que recebe grandes incentivos do Estado para a derrubada das matas, produção agropecuária e/ou à produção agrícola em grande escala, concedendo, para a reforma agrária, terras já anteriormente desgastadas pelas fazendas de gado. Entrevistas e dados coletados, tanto em campo, como em dados estatísticos e bibliográficos, reforçam e concretizam as hipóteses que afirmamos desde que iniciamos no projeto: o desmatamento na região precisa ser tratado como uma questão de caráter político; ele resulta principalmente do modelo de desenvolvimento econômico atribuído à Amazônia e ao papel que cabe ao Brasil na divisão internacional do trabalho, destinado à produção de *commodities*, à revelia do alto custo social que essa política provoca.

Ainda que a proposta de desenvolvimento viesse permeada por um discurso de melhorias para a vida das pessoas, isso não se apresenta. Os municípios no entorno do sudeste paraense, especialmente onde estão instalados grandes projetos minerários e fazendas agropecuárias indicam baixos índices de desenvolvimento humano, problemas estruturais como falta de saneamento básico, escolas degradadas e altos índices de violência nas áreas periféricas, especialmente contra jovens e adolescentes para os quais não há trabalho, lazer ou perspectivas de uma vida digna. No entanto, nossas pesquisas nos indicaram que, apesar do estímulo do Estado estar direcionado aos grandes proprietários capitalistas, os camponeses lutam e resistem pela posse, permanência e viabilidade de produção nas terras em que vivem, permanentemente disputadas pelo latifúndio e pelos projetos minerários (Congilio e Moraes, Lutas Sociais, 37).

Para Martins (1985, p. 9), a luta no campo entre as classes sociais não se resume na disputa pela ocupação da terra. Os embates dão-se devido à distribuição desigual da propriedade fundiária, garantida por um pacto constituído de relações de cooptação em vista de favorecer grandes proprietários de terras. O autor acrescenta que este pacto sustenta-se na instituição organizadora da política, ou seja, no Estado.

Ao lutar pela terra de que necessita para trabalhar, ao resistir contra a expropriação, a expulsão, o despejo, ao ocupar as terras ociosas das grandes propriedades ou das propriedades públicas, o trabalhador está pondo em questão o atual direito de propriedade e suas consequências sociais. Esses conflitos têm exigido uma crescente intervenção do Estado militar, que tem feito esforços desesperados para mantê-los circunscritos ao espaço coberto pelas leis existentes e pelo atual direito de propriedade. O Estado tem procurado evitar a adoção

de um novo direito de propriedade que represente uma restrição ou uma revogação dos direitos verdadeiramente absolutos dos proprietários de terras neste país. É neste sentido que a luta pela terra põe também em questão esse pacto político, questiona sua legitimidade social e política. [...] (Ibid., p. 10).

Nesse cenário, os camponeses e movimentos sociais do campo mantiveram-se resistentes nos enfrentamentos e conseguiram, ao longo dos anos, que o Estado criasse e regularizasse diversos projetos de assentamento, alcançando um total de 504 em 2015 na região sul e sudeste do Pará, segundo dados do Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA). Verificamos que a maior parte desses assentamentos foram oficializados na década de 1990 e nos primeiros anos da década de 2000, somando um total de 337 projetos no sul e sudeste paraense dos anos 1996 a 2005, num cenário de forte acirramento dos conflitos e do aparelho repressivo do Estado, a exemplo da chacina mundialmente conhecida como o “Massacre de Carajás”.

Sobre a questão do desmatamento, percebemos que as grandes obras na Amazônia, e especialmente no sudeste paraense, ao longo da história trazem consigo impactos ambientais e econômicos e, com eles, os conflitos agrários que se tornam grandes transtornos na vida dos povos da região. Segundo Edna Castro “[...] O fazendeiro é o ator principal no desmatamento, reatualizando a relação madeireiras + grileiros + fazendas. Em cada nova fronteira aberta, predomina de longe a pecuária.” (CASTRO, 2005, p. 19) e conseqüentemente, o desmatamento. Em cada novo movimento de expansão prevalece também a violência, seja contra as populações tradicionais ainda (r)existentes na região, seja contra os camponeses (Lutas Sociais, 37).

Por último, e não menos importante, nossas pesquisas nos conduziram para um caminho ainda pouco percorrido nas reflexões acadêmicas sobre a questão agrária nessa região: é o que estabelece a estreita relação entre o desmatamento e os conflitos agrários, quando a terra, por um lado, é disputada como fonte de lucro e, por outro, como razão de sobrevivência. Em geral, quando se fala em desenvolvimento da Amazônia estamos falando em disputas pela terra, que se torna desigual pelas artimanhas jurídicas do Estado em favor do latifúndio e do capital, ou, quando não, pela pistolagem, ação corriqueira e fartamente documentada nos relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2014, 2015, 2016).

As disputas pela terra ocorrem pelos projetos minero-agropecuários e dados da CPT indicam que em 2015 havia uma lista de 36 ameaçados no Pará, constituídos por lideranças, advogados e apoiadores que recebem constantes ameaças por telefone, bilhetes, carros e motos que passam lentamente sem placas em frente as casas e outras formas. Seus nomes são abertamente, porém de forma anônima, divulgados com frequência pelos pistoleiros e/ou mandantes.

Nossas pesquisas indicaram ainda, o que não será possível desenvolver aqui, que atualmente há um acirramento desses conflitos e situações de violência contra os trabalhadores rurais e que eles ocorrem em áreas já amplamente desmatadas, num processo de reconcentração fundiária que tem sido marcadamente observado nos dias atuais.

4. CONCLUSÃO

Apesar da resistência dos agricultores pela permanência na terra, motivados principalmente pela atual frente de expansão do capitalismo na região, as ameaças e assassinatos no campo se apresentam em números crescentes, provocando vendas dos lotes e saída dos camponeses de suas terras e, em grande parte, desmotivação para investir em reflorestamento diante das incertezas quanto ao futuro.

As crescentes queimadas reforçam a imagem dessa região quanto aos elevados níveis de desmatamento. Contudo, são poucos os estudos que relacionam essa realidade com o elevado número de conflitos agrários e mortes violentas de trabalhadores rurais. Recentemente, no dia 24 de maio de 2017, aconteceu uma chacina contra os camponeses em Pau D’arco (PA), em que 10 trabalhadores foram brutalmente assassinados. As investigações, que repercutem inclusive na mídia internacional, indicam que a ação envolveu policiais a serviço do Estado, a mando de fazendeiros que ocupam terras griladas com produção agropecuária em larga escala. Parece-nos que o resultado especial dessa pesquisa consiste em, quase que de forma pioneira, estabelecer essa forte relação entre desmatamento e conflitos agrários.

Concluimos que serão inócuas propostas de reflorestamento que, a exemplo do Programa Assentamentos Verdes – PAV-2013, ignorem o caráter sociopolítico da questão ambiental e que deem respostas definitivas aos conflitos agrários, com punições aos que verdadeiramente desmatam e causam as mortes violentas que colocam o estado do Pará entre os campeões de assassinatos de trabalhadores em conflitos de terra. O PAV, assim como outros projetos, dispende recursos imensos com a finalidade de reflorestamento e alimenta amplos setores técnico-burocráticos, ao mesmo tempo em que crescem as áreas desmatadas, como nos mostra os dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (2015), em que dos 17 assentamentos criados de 2009 a 2014, 67% deles se encontravam em áreas já desmatadas (CONGILIO e MORAES, P. 161-162, 2016).

Completamos nossas conclusões afirmando que, sem uma política de Reforma Agrária que de fato incentive a agroecologia, propicie condições dignas aos trabalhadores camponeses e a permanência da juventude no campo, não apenas os assentados serão prejudicados pelas políticas de expansão do capitalismo nessa região e pelo desmatamento que provoca, tendo à frente um Estado submisso às demandas do mercado mundial. Essa é uma questão que diz respeito a todos nós, uma vez que a qualidade do ar que respiramos, dos alimentos que ingerimos e o ambiente pacífico em que possamos viver, diz respeito à própria condição da reprodução humana.

AGRADECIMENTOS

Aos camponeses, pelas recepções sempre tão calorosas e pela disposição e disponibilidade a nos receber e a nos ensinar tantas coisas importantes nessas andanças.

A minha orientadora, Dra. Celia Regina Congilio, pelo suporte, apoio, tempo disponibilizado às orientações em seu tempo tão corrido e pela disposição em não só orientar uma pesquisa, como também ensinar tantas coisas que me fez chegar até aqui.

A Profa. Dra. Edma do Socorro Silva Moreira, pelo apoio, disponibilidade, ensinamentos, suporte acadêmico e tantas outras coisas que nos disponibilizou nesses dois anos e meio de pesquisa.

A todos os colaboradores que contribuem e fazem essa pesquisa ser possível

Ao CNPq pela disponibilização da bolsa de iniciação científica, pois sem ela esse percurso não seria possível.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Edna. **Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia**, Cadernos NAEA, v. 8, n. 2, p. 5-39, dez. 2005.

CONGILIO, Celia Regina. MORAES, Carla Silveira. **Violência Agrária e Desmatamento: corolários das políticas de Estado e das lutas sociais no sudeste paraense**. In: Lutas Sociais, São Paulo, vol. 20, nº 37, p. 155-167.

EMMI, Marília Ferreira, **A oligarquia do Tocantins e domínio dos castanhais**. Belém; UFPA/NAEA, 1999

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Volumes I, II, III e IV. Belém: EDUFPA, 2004 (Vol. II)

LOUREIRO, Violeta R., PINTO, Jax Nildo A., A Questão Fundiária Na Amazônia. **Estudos Avançados**, 19 (54), p. 77- 98, Abril de 2005.

MARTINS, José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Vozes: Petrópolis, 1985. 2ª ed.

MARX, karl e ENGELS Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Lisboa/São Paulo: Presença e Martins Fontes, 1980

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes. 1972.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A Luta Pela Terra No Sul e Sudeste Do Pará: migrações, conflitos e violência no campo**. Tese (Doutorado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

PICOLI, Fiorelo. **O Capital e Devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 1 ed. 2006.

SAES, Décio. O conceito de democracia. In **Democracia**. 1. ed. São Paulo, Ática, 1987.